



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **ESPAÇO E TEMPO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Tatiane Marina Pinto de GODOY

Pós-doutoranda INCOOP UFSCar

Incubadora Regional de Cooperativas Populares

Universidade Federal de São Carlos

[tatianemgodoy@gmail.com](mailto:tatianemgodoy@gmail.com)

### **Introdução**

A Economia Solidária constitui-se atualmente um campo potencial para os estudos que se baseiam na análise das formas e experiências expressas como alternativas ao capitalismo. Para além de uma análise descritiva da realidade, cabe buscarmos as questões que indicam as contradições encontradas através de uma análise crítica das condições reprodução da Economia Solidária.

Esta economia que se baseia no trabalho coletivo e autogestionário representa uma das alternativas diante do contexto socioeconômico atual, configurando-se como objeto de investigação nas diversas áreas das ciências e busca por visibilidade política e econômica. Suas experiências provocam muitas questões referentes à formação histórica, às relações com o Estado, às relações com o mercado, ao processo de organização da produção e do trabalho.

A construção teórica e metodológica sobre a Economia Solidária envolve um duplo desafio. Suas ações práticas são desprestigiadas em virtude de seu caráter contestador às práticas capitalistas. Mas esse entendimento de contestação ao modo de produção dominante não torna evidente em que medida a Economia Solidária é uma alternativa superior ou inferior ao capitalismo ou ainda uma forma de organização do trabalho destinada apenas as pessoas dispensadas do mercado de emprego formal tradicional. Do pensamento em construção sobre a Economia Solidária o desafio se apresenta em formular um pensamento que seja legítimo para interpretar às ações práticas da Economia Solidária e que ao mesmo tempo se afirme enquanto teoria



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

credível em meio a uma conjuntura científica que nega toda forma de produção do conhecimento que não se assente no rigor da ciência.

A questão preconizada em nosso trabalho sugere não apenas a possibilidade de construção de novos espaços econômicos, mas também a de espaços democráticos e participativos. Suas virtualidades e potencialidades ainda não se mostram claramente. É preciso um olhar orientado por uma teoria crítica para investigar a Economia Solidária. A complexidade dos problemas que os cientistas sociais de vertente crítica tem se proposto a analisar demanda a contribuição de diversas disciplinas. Querer entender o mundo de hoje com um olhar parcelar não oferece condições de interpretar a realidade com a perspectiva da mudança social que se exige neste tempo de crises em tantas esferas e que convergem para a crise da reprodução social.

O espaço é uma esfera de análise que manifesta a crise humana concretamente ao olhar, desde que se tenha capacidade para enxergar além da paisagem, sobretudo, desde que se tenham condições que lhe permitam ver e analisar o conteúdo das formas que se expressam materialmente. Metodologicamente é preciso descrever o que se vê. Mas é preciso ir além da descrição. É preciso que se ultrapasse a esfera do visível e que se construa uma interpretação que desvende os conteúdos, as contradições, os interesses e as ideologias contidas na paisagem social.

### **1. Fundamentos e contribuições teóricas**

Todos somos sujeitos políticos e todos temos ideologias, ainda que muitos pesquisadores, que se pretendem acima das divisões de esquerda e direita, tenham a ingênua convicção de que produzem um conhecimento puramente científico. Nesse sentido escolhemos a vertente crítica que se apóia no materialismo histórico-dialético.

Do pensamento geográfico, mais propriamente da Geografia Crítica Radical, buscamos a compreensão da produção do espaço na sua complexidade. Distinguidas as devidas intencionalidades na produção do espaço de cada lugar, há um comando geral que direciona a produção e a reprodução do espaço segundo os objetivos da acumulação ampliada do capital. O atendimento das demandas do capital distingue os lugares segundo suas possibilidades de reprodução das condições da acumulação ampliada e configura o que hoje se entende pelas diferenciações socioespaciais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Carlos (2007) enfatiza que a diferenciação espacial é um tema central na Geografia, como constatado em vasta bibliografia. Ao agregar o termo “sócio”, explicita-se uma concepção de espaço que vai além do entendimento da simples localização dos fenômenos, avançando para o entendimento de que o espaço é produto de relações sociais. Assim, para a autora

(...) a ‘diferenciação sócio-espacial’ introduz uma ‘qualidade’ ao tema da diferenciação, obrigando-nos a realizar o deslocamento da análise em direção à compreensão do processo espacial, em sua determinação social (CARLOS, 2007 p. 45).

O entendimento do espaço como esfera materializada da vida social advém da teoria da produção e reprodução social do espaço. Carlos (1996) aponta que a espacialidade é uma vertente analítica, a partir da qual se pode ler o conjunto da sociedade. A diferenciação de classes sociais está manifestada na fragmentação do espaço, na diferenciação dos lugares, na contraposição entre lugares ricos e pobres, que apresentam estruturas diferenciadas para a reprodução social.

A noção de “desenvolvimento geográfico desigual” presente nas obras de Harvey, Soja e Smith, oferece elementos para a compreensão do papel da divisão espacial do trabalho enquanto processo definidor da diferenciação socioespacial e da articulação dos lugares ao espaço mundial.

O subsídio teórico e metodológico da teoria da produção/reprodução está na concepção materialista da história, conforme teoria marxista. O entendimento da divisão de classes sociais e das relações sociais de produção estabelecidas entre classe dominante e classe dominada fundamenta a tese do espaço enquanto dimensão material da vida social, revelando as contradições na forma das desigualdades espaciais.

O pensamento de Marx, apoiado no contexto do século XIX, ganha prolongamento na obra do sociólogo francês Henri Lefèbvre. A importância do pensamento lefebvriano na Geografia está na releitura marxista situada numa crítica do tempo e do espaço, especialmente na segunda metade do século XX. Lefèbvre retoma a crítica à economia política de Marx, na proposta de uma crítica à economia política do espaço, que resgata a historicidade das relações sociais de produção para o entendimento das práticas socioespaciais inscritas no espaço, e que se impõem como condição de reprodução dessas mesmas relações sociais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A contribuição da Geografia Crítica Radical, apoiada no marxismo, ampliada pelo retorno à dialética e pelo aprofundamento da análise das implicações do espaço e do tempo para a compreensão do mundo de Lefèbvre e a proposta de um materialismo histórico-geográfico como procedimento analítico permite uma leitura da Economia Solidária através das práticas socioespaciais que lhe dão forma e conteúdo. Assim, é possível estabelecer conexões espaço-temporais de emergência dessa forma de organização do trabalho, caracterizado por um conjunto de atividades econômicas geridas por trabalhadores, com as metamorfoses da acumulação capitalista e de redefinição de espaços econômicos.

A renovação da teoria crítica proposta por Boaventura de Sousa Santos abriu um caminho para entendimento da diversidade das experiências diferentes das práticas capitalistas e constituintes de outro mundo possível, alicerçado na democracia participativa política e econômica. Buscamos entender em que consiste a emancipação social e as bases materiais que lhe dão sustentação. Para isso, B. S. Santos<sup>1</sup> propõe um escopo metodológico que privilegia o diálogo com o “senso comum”, tão rechaçado pelos rigorosos critérios científicos e que faz emergir uma realidade ativamente produzida como não-existente. Com a Sociologia das Ausências, B. S. Santos (2007, p. 28-29) propõe um procedimento transgressivo para tentar mostrar o que é colocado como alternativas não-credíveis, descartáveis e invisíveis na realidade hegemônica do mundo e que produzem a contradição do presente manifestada na diminuição da riqueza do que existe.

## **2. A partir do espaço: um olhar sobre a Economia Solidária**

A Economia Solidária está na interface de diversas ciências. Como já referido anteriormente, os estudos sobre essa temática, empreendidos no Brasil e em outros países, estendem-se sobre diversas perspectivas metodológicas. Temos análises verticais de seus diversos aspectos, com emergência de uma investigação de cunho crítico das práticas e das relações sociais estabelecidas nesse imenso plano que envolve a Economia Solidária.

---

<sup>1</sup> Para facilitar a leitura e distinguir adequadamente os autores, optamos por citar Boaventura de Sousa Santos como B. S. SANTOS e Milton Santos como M. SANTOS.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Na perspectiva adotada por nossa linha de investigação, a da Geografia Crítica, apoiamo-nos no pensamento complexo, mais propriamente na lógica dialética para entender a realidade escolhida para análise. Morin (1990) parte da ideia de que é necessário por em ordem as nossas ideias. A simplificação e a mutilação do conhecimento tiram elementos importantes para o entendimento de um determinado fenômeno, que não deve ser entendido na sua totalidade, porque isso é impossível. Ao compreender a complexidade somos capazes de tomar conhecimento das obscuridades, ainda que não possamos compreendê-las em toda sua intensidade. A dificuldade do pensamento complexo é que ele deve enfrentar a confusão, a solidariedade dos fenômenos, a bruma, a incerteza e a contradição.

O pensamento complexo é exatamente a lógica dialética, ou seja, uma maneira de abordar e considerar os fatos da natureza. Prado Jr. (1968) coloca que a dialética olha a natureza não como uma acumulação acidental de objetos, de fenômenos destacados, isolados e independentes uns com os outros, mas como um todo unido, coerente, onde os objetos, os fenômenos são ligados organicamente entre si, dependem uns dos outros e se condicionam reciprocamente. Para Prado Jr. (1968) a natureza é a realidade objeto do pensamento e do conhecimento humanos. Ela é múltipla e variável, mas o pensamento e conhecimento humanos não podem fixar-se unicamente nesta multiplicidade e variabilidade para entender a natureza e conduzir a ação do homem. Assim, para que se possa entendê-la é preciso identificar certas feições, tanto no tempo quanto no espaço, fixar certas uniformidades e permanências.

A busca da Geografia Crítica pela superação de uma pretensa neutralidade científica a colocou próxima dos movimentos sociais de conquista e ampliação dos direitos civis e sociais, e mais especificamente, no cerne do entendimento da luta pelo acesso à terra e à moradia e ao combate à pobreza. Num plano mais amplo, a sua proposta de diminuição das disparidades socioeconômicas e das diferenças regionais a insere na discussão das diferentes esferas da reprodução social.

Uma das esferas da reprodução social mais presentes nas reivindicações populares no presente é a do trabalho. Trataremos, com mais ênfase, no capítulo 3, do papel fundamental do trabalho na reprodução social e na produção do espaço.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Numa análise mais imediata é possível constatar a urgência das questões que afetam a ação do homem na sua atividade laboral. Índices de desemprego, relações precárias ou escravizadas de trabalho, subemprego e emprego informal são alguns dos temas de destaque em tempos de crises econômicas mais frequentes para o ajuste das diretrizes do capital.

Se a reprodução social é comprometida pelas restrições impostas pela adequação às novas regras do capital, o espaço social, enquanto dimensão mais material da realidade social, manifesta concretamente as condições para a vida coletiva.

Para Pierre George (1969, p. 13) a originalidade da Geografia está no estudo do ajustamento do plano horizontal dos dados examinados pelas outras ciências humanas em planos verticais. Para esse autor a Geografia ultrapassa o âmbito das demais ciências humanas, inclusive a sociologia, definindo-se como pesquisa de todas as correlações e causalidades relativas à situação atual e às virtualidades dessas coletividades. No caso específico de nosso objeto de estudo, a Economia Solidária, muito da bibliografia advém da sociologia e a ela devemos grande parte do entendimento que se tem construído sobre as relações sociais que se estabelecem na Economia Solidária. Entretanto, tais estudos ainda não mostram um panorama geral das condições de realização plena da Economia Solidária, isto porque, apesar de fornecerem conceitos importantes de representação de muitos aspectos da Economia Solidária, os estudos que se tem realizado estão focados naquilo que Pierre George afirma como plano vertical, e isso se dá pela própria natureza empírica da sociologia e das demais ciências humanas.

Na Geografia Crítica os estudos sobre o desenvolvimento geográfico desigual avançaram metodologicamente a ponto de demonstrarem que, enquanto tivermos desigualdades sociais, desigual distribuição da riqueza e políticas públicas que privilegiem apenas algumas parcelas da humanidade, teremos, conseqüentemente, parcelas do espaço diferenciadas pela presença e ausência de objetos e estruturas que caracterizam o grau de desenvolvimento econômico e social. Essa Geografia diferencial está presente não apenas na cartografia dos espaços mundiais, mas também é interna aos territórios nacionais, com as disparidades regionais e intra-urbanas. Assim, sabemos que nem todo o território de um país elencado entre as grandes economias do mundo está plenamente articulado às redes internacionais do capital, bem como em países



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

periféricos, ou semi-periféricos, as elites hegemônicas, confinadas em espaços apartados da pobreza que as rodeiam, estabelecem maiores relações com o exterior através dos fluxos de informação.

Estudar o espaço da Economia Solidária não significa descrição locacional de suas ações e de suas atividades. Se o espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho, como concebemos na Geografia Crítica, como podemos analisar, interpretar e explicar as relações de trabalho que vem se estabelecendo, em paralelo, no Brasil e outras partes do mundo, como uma forma *a priori*, que se antepõe ao modo de produção capitalista? Quais as condições existentes para a realização de um outro modo de produção? É possível concebermos um espaço produzido através de relações sociais solidárias?

Nossa inquietude vai em direção à possibilidade de estarmos diante de uma produção não capitalista do espaço, baseada em redes solidárias que possam reverter as desigualdades socioespaciais. Essa constatação, entretanto, depende da averiguação da realidade e das virtualidades através de métodos de investigação.

Todo estudo geográfico tem um recorte espacial. Nesse sentido as categorias geográficas se prestam a delimitar a análise de determinada realidade. O estudo espacial da Economia Solidária não se furta a essa condição. Pode-se tanto partir de um estudo de caso de uma realidade local como de proposta de análise conjuntural no âmbito do espaço mundial.

Para M. Santos (1985, p. 49) é básico o conceito de que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. Para a nossa compreensão da produção do espaço as categorias forma, processo, função e estrutura tornam-se fundamentais, já que, para estudar o espaço, há que se apreender a sua relação com a sociedade. Entender que tipo de sociedade se está constituindo a partir de relações de produção baseadas em princípios da democracia, da reciprocidade, da participação e da solidariedade é um dos pressupostos para entender a produção de espaços diferenciados, baseados em formas diversas de organização da vida coletiva.

Mais além, é preciso identificar se esses espaços são realmente diferenciados, ou se apenas abrigam as formas dos empreendimentos econômicos solidários, sem, entretanto, ter como função as relações sociais solidárias num processo de um modo de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

produção diferenciado do capitalismo e que esteja numa estrutura de redes que conectem empreendimentos, organizações e demais formas e sujeitos da Economia Solidária.

Uma rede articulada de empreendimentos, instâncias governamentais, entidades de apoio e fomento, fóruns e redes, ligas e uniões compõe, atualmente, o campo da Economia Solidária no Brasil que vai além da dimensão econômica, base de sua ação. Para além dos empreendimentos existe um movimento social próprio da Economia Solidária, mas não desvinculado de outros movimentos que reivindicam o atendimento de outras demandas da população. A Economia Solidária aparece particularmente ligada aos movimentos de luta pela terra, entre outros, o que a mostra não apenas como uma alternativa às formas contratuais de trabalho, mas como uma nova dimensão de questionamento e reivindicação por novas bases de estruturação da sociedade, assentadas em pressupostos de participação popular nas esferas política e econômica.

Enquanto prática econômica e ação política, entendida para além da ação do Estado e dos governos, mas também como prática política dos cidadãos, a Economia Solidária é passível de ser estudada na sua dimensão material, na sua concretude espacial, seja através das suas formas ou através das redes que se constroem, ligando uma série de novos elementos que criam as condições de reprodução dessa outra economia designada por Cattani (2003), se ela pode assim ser chamada.

Entender a Economia Solidária é um esforço intelectual intenso, pois mesmo os estudiosos mais renomados ainda estão construindo bases teóricas para explicar essa realidade, ainda que em parte. Por se tratar de uma sistematização de ideias ainda recentes, datada da década de 1990, como vimos anteriormente, e apesar de sabermos que estas práticas já estão presentes nas experiências de algumas comunidades há muito mais tempo, embora sem essa denominação ou mesmo sem um pensamento estruturado a respeito, todo o conhecimento acumulado até o momento ainda não dá conta de afirmar categoricamente se essa é ou não uma outra economia, diferente daquela preconizada pela acumulação ampliada do capital.

Sabe-se que as relações sociais de produção envolvidas na Economia Solidária pretendem-se diferenciadas daquelas praticadas no contexto capitalista. Portanto, o entendimento do espaço, enquanto produto e condição de reprodução das relações



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

sociais leva a questionar a possibilidade de uma outra organização da vida coletiva assentada num espaço diferenciado daquele produzido pelas relações sociais de produção capitalista. Para além das relações sociais de produção, é preciso entender se a Economia Solidária também se estende para as relações sociais mais amplas, fora da esfera restrita da produção.

Nossa observação dos atores da Economia Solidária nos leva ao julgamento de que novas relações sociais estão se estabelecendo para além da esfera da produção, já que não só existem empreendimentos econômicos solidários organizados, mas todo um campo articulado de organizações, instituições e movimentos sociais. Aliás, a Economia Solidária congrega diversos movimentos sociais, já que as esferas do trabalho e da economia estão alinhadas a todas as demandas sociais.

Os instrumentos que o pensamento geográfico-marxista põe à nossa disposição permitem o reconhecimento de uma realidade já posta através de uma observação teoricamente orientada da paisagem, bem como a compreensão das práticas sociais que dão forma e conteúdo a esta realidade observável. Aliado ao pensamento lefebvriano esta análise se amplia para as possibilidades de reprodução espacial como produto da reprodução social num movimento simultâneo, constante e indissociável.

Harvey (2004, p. 30) retoma uma linha de argumentação baseada na concepção de dialética concretizada, à qual ele denomina de “materialismo histórico-geográfico”. O autor levanta uma das principais linhas divisórias de nossa época, ao retomar essa abordagem, que é a difícil questão entre “particularidade” e “universalidade” na construção do conhecimento.

Analisar profundamente a Economia Solidária nos submete a esse dilema metodológico. Alguns trabalhos geográficos a respeito da Economia Solidária situam-se no debate do desenvolvimento local, através da análise de estudos de caso, localizados e focalizados. Mas, até o momento, não se tem um estudo amplo, mas igualmente profundo, de como está posta e de como se encaminham as práticas sociais que dão corpo à Economia Solidária. Esta é inclusive uma demanda de outras ciências, que se caracterizam pelos estudos verticais, e também dos agentes fomentadores, como os gestores públicos, os órgãos de financiamentos e, até mesmo, dos movimentos sociais e dos trabalhadores dos empreendimentos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Cada elemento traz consigo uma infinidade de possibilidades a serem exploradas para a compreensão do que constitui, hoje, a Economia Solidária. A Geografia, para além das análises locacionais, pode oferecer bases ao entendimento da ação dos atores articulados. Abre-se um novo tema de pesquisa na Geografia, que a aproxima dos movimentos sociais, que oferece interpretação de práticas sociais transformadoras do modelo de apropriação da natureza, que pode conduzir à proposição de políticas públicas e que tem o diferencial de construir um pensamento integrado das dimensões econômica, social, política e cultural, materializadas no espaço.

Entre as contribuições que se apresentam para prover bases teóricas às práticas da Economia Solidária, as categorias espaço e tempo articuladas numa abordagem defendida por geógrafos críticos, através do materialismo histórico-geográfico como método de investigação da realidade social, apresenta não apenas um retrato explicado do momento atual, como possibilita a construção de um projeto para uma nova vivência social.

É sempre curiosa a maneira como reagem os colegas de outras ciências quando apresentamos nosso tema de estudo. Pela própria história do pensamento geográfico não é fácil convencer que a renovação crítica pela qual passou a ciência geográfica a partir da década de 1970 a remeteu a um materialismo histórico profundamente espacializado, como coloca Soja (1993, p. 58).

Entender a forma como se produz e reproduz a Economia Solidária implica estabelecer seus intrincados elos com o capitalismo. E, nesse caminho, o pensamento geográfico tem muito a contribuir. Soja (1993, p. 58) expõe a defesa de Harvey na proposição de seu método de investigação: “A geografia histórica do capitalismo tem que ser objeto de nossa teorização, e o materialismo histórico-geográfico, o método de investigação”. Esse método consiste numa reformulação radical da teoria social crítica e, sobretudo, na maneira como se interpreta e conceitua as relações fundamentais entre o espaço, o tempo e o ser social.

Partimos da contribuição teórica a respeito das desigualdades socioespaciais como produto e condição das desigualdades sociais iminentes ao modo de produção capitalista. Essa argumentação teórica fundamenta-se na teoria segundo a qual o espaço não é reflexo ou palco da sociedade, mas constitui-se da sociedade, materializa as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

diferenciações sociais e as lutas de classe e condiciona a reprodução das relações sociais.

O conhecimento das relações constituintes da produção espacial, alicerçadas no modo de produção capitalista hegemonicamente em vigor, são pressupostos teóricos para formulação de um conhecimento das condições em que se produzem e reproduzem as relações sociais na Economia Solidária.

O materialismo histórico-geográfico como método dialético articulador do espaço e do tempo é proposto por Harvey (2004, p. 251), como o projeto de construção do futuro por meio de transformações tangíveis das matérias-primas que temos à disposição, em nossa atual condição. Assim, é importante reconhecer a realidade que nos cerca e compreender o processo histórico que a produziu.

### **3. Economia Solidária e as condições de reprodução social**

É necessária uma ampla discussão teórica e ideológica para debater a contradição da inserção da Economia Solidária no contexto do modo de produção hegemônico como é o do capitalismo. O debate acerca da Economia Solidária afirma o caráter alternativo de novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica e, dada a ruptura que essas experiências introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. Este debate mostra que estamos diante da germinação de uma nova “forma social de produção”, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista.

A contribuição da Geografia ao estudo da Economia Solidária vai muito além do entendimento da lógica de localização de seus empreendimentos. Na perspectiva da Geografia crítica tratamos de analisar a reprodução do espaço através das relações sociais solidárias de produção, sob a égide do capitalismo. No Brasil, embora já sejam inúmeros os empreendimentos solidários, cabe questionar se a sujeição à reprodução capitalista não limita a autodeterminação<sup>2</sup> da Economia Solidária.

---

<sup>2</sup> A autodeterminação é parte de duas grandes ideias propostas por Boaventura de Sousa Santos para repolitizar o político. Em aula proferida no dia 16 de junho de 2008 no programa de doutoramento “Pós-Colonialismo e Cidadania Global” da Faculdade de Economia/Universidade de Coimbra, o professor propõe a autodeterminação para substituir o conceito de desenvolvimento, pondo “um acento tônico na transformação pessoal e coletiva através da autonomia”. A segunda ideia é a do “direito à organização”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A análise da Economia Solidária através das teorias e métodos da Geografia pode ir além do estudo do padrão de localização de suas formas, da distribuição e da organização de suas atividades nas diferentes escalas. Para o desvendamento das contradições presentes nos espaços que comportam modos de produção, que em primeira análise se mostram diferentes, como o da acumulação capitalista e o da reprodução solidária, partimos da premissa<sup>3</sup> que o espaço é produto das relações sociais estabelecidas entre os homens, através do trabalho, e condição de reprodução destas relações sociais.

Massey (2007, p. 30) destaca a respeito do espaço proposições que consideramos como ideias centrais. A primeira proposição reconhece o espaço como o produto de inter-relações. A segunda proposição compreende o espaço como “esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual distintas trajetórias coexistem”, assim, o espaço é a “esfera da coexistência da heterogeneidade”. Se na primeira premissa o espaço é um produto de inter-relações, e existe uma multiplicidade de relações, na segunda, o espaço baseia-se na existência da multiplicidade. Massey afirma que, sem espaço, não há multiplicidade e, sem multiplicidade, não há espaço. Na terceira proposição o espaço é reconhecido como sempre em construção, nunca fechado ou acabado, por ser, justamente, produto de relações em constante movimento.

Todas as considerações de Massey trazem uma contribuição importante para a maneira de proceder desta nossa investigação. Mas destacamos um trecho importante da premissa elaborada por Pintaudi (1984) que, embora esteja embutida nas considerações de Massey, não foi devidamente esclarecida. O espaço, além de produto, é condição de reprodução das relações sociais. No espaço estão inscritas as condições para que uma ação humana se realize. Embora possa parecer um resgate da corrente determinista, e essa não é a nossa intenção, porque não é essa nossa forma de análise, o que queremos é explorar as possibilidades que as relações sociais baseadas nos princípios da Economia Solidária<sup>4</sup> têm de se reproduzir no espaço, produzido a partir de relações sociais mediadas pelo capitalismo.

---

<sup>3</sup> De acordo com Pintaudi (1984)

<sup>4</sup> Estes princípios estarão explicados no 1º capítulo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Nosso esforço vai, então em direção a uma análise que dê conta do desvendamento das relações sociais produtoras do espaço geográfico e de sua condição para reprodução social, objetivo que se justifica pela necessidade de uma nova forma de viver, que comporte outra organização social da vida coletiva.

A escolha da Economia Solidária como tema de estudo revelou a possibilidade de contribuir para o conhecimento e, talvez para o aprimoramento de uma forma de produção social que agrega pessoas e solidariedades, e não apenas mais-valia ao capital. A análise da Economia Solidária no âmbito da Geografia assegura a possibilidade de estudar as políticas públicas do Estado através de duas categorias: o território e o lugar, vinculados à mundialidade.

A Economia Solidária agrega uma infinidade de atividades econômicas desenvolvidas, em sua maioria, na área rural. Mas, há, também, um crescimento exponencial delas nas regiões mais urbanizadas do país nesta última década.

A cidade, produto mais complexo do trabalho humano, é a materialização, em um mesmo espaço, de diversas territorialidades. Sua divisão social é mais visível. No mesmo espaço urbano estão presentes ricos, pobres, patrões, empregados e todas as nuances existentes entre os extremos. A cidade é um campo de forças conflitantes quase imperceptíveis ao primeiro olhar, mas que, ao olhar informado se manifesta na divisão centro/periferia.

A implosão-explosão do urbano, metáfora lefebvriana<sup>5</sup> emprestada da física nuclear, ou seja, a enorme concentração de pessoas, de atividades, de riquezas e de objetos projetou fragmentos múltiplos e disjuntos como são as periferias e os subúrbios, levando ao que hoje se chama de fase crítica. A problemática urbana carrega consigo a crise na/da cidade, na sua forma mais aparente manifestada nas diferentes territorialidades; e a crise humana decorrente da negação da reprodutibilidade das relações sociais, com o cerceamento do acesso ao trabalho e, conseqüentemente, impedindo o acesso às outras esferas da vida, como o direito à moradia, ao consumo e ao lazer, por exemplo. As duas crises são indissociáveis: a humana leva à crise da cidade, que, por sua vez, é condição da negação humana.

---

<sup>5</sup> Presente na obra “A Revolução Urbana”, 2002.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **Considerações finais**

Estudar espaços que se pautam pelas formas da democracia participativa, seja ela política ou econômica, é um desafio num mundo onde o capitalismo avança a passos largos, cooptando experiências potencialmente embrionárias de uma nova forma de reprodução social. É um desafio metodológico analisar, interpretar e construir um pensamento baseado em práticas que são invisibilizadas pela hegemonia do modo de produção capitalista. A teoria crítica nas ciências sociais, de um modo geral, e na Geografia, particularmente, tem produzido um conhecimento revelador dos estratagemas capitalistas para a execução do projeto da globalização. Mas como saber se as experiências relacionadas às alternativas a essa globalização hegemônica estão reproduzindo anseios que se diferenciam da busca pelo acesso ao consumo dirigido?

Faz-se necessário pôr em evidência as experiências populares que estão emergindo onde o capitalismo fez mais vítimas do que favorecidos pelo seu sistema de apropriação privada da riqueza construída coletivamente. Parece-nos evidente neste momento que é nos lugares economicamente menos privilegiados que estão as possibilidades mais concretas de estabelecimento de formas de viver baseadas numa organização da vida social pautada pela apropriação coletiva da riqueza produzida e pela escolha coletiva do destino histórico de suas comunidades.

Mas para que o conhecimento dê conta de revelar toda essa potencialidade é preciso estabelecer meios legítimos de cognição das experiências. A teoria crítica tem de buscar, incessantemente, a superação dos dogmas científicos, estabelecer uma interlocução com o conhecimento popular e formular novos conceitos que traduzam não apenas o que está aparente na paisagem social. Ela deve, também, ser capaz de revelar o que existe e ainda não é visto. Não é possível interpretar as experiências contra-hegemônicas com conceitos, categorias e paradigmas hegemônicos, porque eles sempre darão às experiências o caráter de alternativa inferior ao capitalismo, invisibilizando a construção de outro modo de produzir e de viver.

## **Referencias bibliográficas**

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

\_\_\_\_\_. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, Presidente Prudente, vol. 4, n. 6, pp 45-60, jan-dez, 2007.

GEORGE, P. **Sociologia e Geografia**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo – Rio de Janeiro: Forense, 1969.

GODOY, T.M.P. de. **O Espaço da Economia Solidária: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HESPANHA, P. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

LEFÈBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Tradução de Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973a. (Cadernos O Homem e a Sociedade).

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASSEY, D. **Pelo espaço**. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Dulce Matos. 2ª edição. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

PINTAUDI, S. M (Org). **Economia Solidária: um setor em desenvolvimento**. Prefeitura de Rio Claro, 2002.

\_\_\_\_\_. O lugar do supermercado na cidade capitalista. **Geografia**, 9 (17-18) PP. 37-54, outubro 1984.

PRADO JR, C. **Notas introdutórias à lógica dialética**. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

QUAINI, M. **Geografia e marxismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RODRIGUES, A. M. A cidade como direito. **Scripta Nova Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales** Vol. XI, núm. 245 (33), 1 de agosto de 2007.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. Vol. 1. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_.(Org.). **Produzir para viver**. Os caminhos da produção não-capitalista. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993